

SABERES DO TRABALHO ASSOCIADO*

Maria Clara Fischer
Lia Tiriba

1. A expressão *saber(es) do trabalho associado* é utilizada para designar o(s) saber(es) produzido(s) pelos trabalhadores e trabalhadoras nos processos de trabalho que se caracterizam, entre outros, pela apropriação coletiva dos meios de produção, pela distribuição igualitária dos frutos do trabalho e pela gestão democrática das decisões quanto à utilização dos excedentes (sobras) e aos rumos da produção. O termo diz respeito ao conjunto de habilidades, informações e conhecimentos originados do trabalho vivo, tecidos na própria atividade de trabalho e engendrados e acumulados ao longo da experiência histórica dos trabalhadores e trabalhadoras que se associam de forma autogestionária na produção de bens e serviços, contrapondo-se à lógica do sistema capital. Abrange os saberes formalizados nos fóruns coletivos que articulam as experiências de trabalho associado, bem como no âmbito da pesquisa e produção científica do conhecimento acerca das dimensões técnicas, políticas, econômico-filosóficas e culturais do fazer/pensar/refazer o cotidiano do trabalho associado e sua relação com o processo mais amplo de produção da vida social.

A palavra *saber* é utilizada como sinônimo de *conhecimento*, envolvendo os aspectos materiais, intelectuais e subjetivos presentes na atividade do trabalho e sendo entendido como resultante dos processos prático-teóricos de transformação e compreensão da realidade humano-social. O conceito relaciona-se às idéias de práxis, saber popular, saberes da experiência, conhecimento tácito, trabalho como princípio educativo, produção de saberes em situação de trabalho, produção e legitimação de saberes do/no trabalho.

2. O conceito de *saberes do trabalho associado* remete à análise das relações históricas entre trabalho e educação e, especificamente, entre trabalho e produção de saberes. Em seu sentido ontológico, o trabalho é entendido como mediação dos seres humanos com a natureza, sendo elemento central da formação humana. Por meio do trabalho, objetivam as coisas da natureza e lhe conferem humanidade, humanizando-se com as criações e representações que produzem sobre o mundo. Trabalham de acordo com determinada cultura e, ao trabalhar, produzem cultura. Quanto à atividade do trabalho como fonte de saberes e sua formalização em conhecimentos científicos/escolares, Saviani (2007) lembra que a produção da existência humana pressupõe a apreensão das leis da natureza (o que vem a se constituir como “ciências da natureza” ou “ciências naturais”), bem como a compreensão sistemática

* TIRIBA, Lia e FISCHER, Maria Clara Bueno. *Saberes do trabalho associado*. In CATTANI, Antonio D., LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio e HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Editora Almedina, 2009, p. 293-298. (ISBN 978-972-40- 722-6).

das relações que os grupos e classes sociais estabelecem entre si (“ciências sociais”). Nesses termos, a “linguagem” e a “matemática” são instrumentos de expressão, codificação e decodificação dos conhecimentos das leis que regem a natureza e a sociedade.

Assim como o trabalho, as relações entre trabalho, educação e produção de saberes ganham diferentes configurações ao longo da história da humanidade. A dicotomia “mundo do trabalho” e “mundo da cultura” constitui-se como uma marca da sociedade de classes e, em especial, da sociedade capitalista, na qual os possuidores dos meios de produção e seus representantes são considerados detentores do saber científico, enquanto aos vendedores de força de trabalho cabe o saber prático, adquirido na experiência do trabalho vivo. Com a primeira Revolução Industrial, ocorrida no século XVIII, os conhecimentos científicos e tecnológicos passaram a ser incorporados como força motriz da produção capitalista. Nesse contexto, a escola (que, em grego, significa “lugar de ócio”, ou seja, local onde pequena parcela da população, pertencente à classe economicamente dominante, poderia passar o “tempo livre”) tornou-se uma instituição onde a classe trabalhadora e seus filhos deveriam apreender os conhecimentos, valores e atitudes estritamente necessários ao trabalho na fábrica.

Sobre as relações entre trabalho e educação, Antonio Gramsci analisa que, embora a divisão capitalista do trabalho insista em separar o *Homo faber* do *Homo sapiens*, não existe atividade humana da qual se possa excluir totalmente a intervenção intelectual. A expressão “gorila amestrado”, de Taylor, seria uma metáfora para indicar que, em qualquer trabalho físico, mesmo o mais mecânico e degradado, há um mínimo de atividade intelectual criadora. De acordo com o filósofo italiano, no capitalismo, “o operário ou proletário, por exemplo, não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho [realizar-se] em determinadas condições e em determinadas relações sociais” (GRAMSCI, 1982, p.7). Dado que, nos processos de trabalho associado, a força de trabalho não se caracteriza como uma mercadoria, pressupondo relações econômico-sociais opostas às relações capitalistas, pode-se inferir que um dos objetivos da educação de trabalhadores associados “consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado de grau de desenvolvimento, modificando sua relação entre o esforço de intelectual-cerebral e o esforço-muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção de mundo” (GRAMSCI, 1982, p. 8).

As experiências históricas de autogestão revelam que, no embate contra a exploração e a degradação do trabalho, não é suficiente que os trabalhadores apropriem-se dos

meios de produção. Essas práticas indicam haver a necessidade de articulação dos saberes do trabalho fragmentados pelo capital e de apropriação dos instrumentos teórico-metodológicos que lhes permitam compreender os sentidos do trabalho e prosseguir na construção de uma nova cultura do trabalho e de uma sociedade de novo tipo. Em seus escritos sobre o movimento operário ocorrido em Turim, entre 1919 e 1921, Gramsci analisa os conselhos de fábrica, afirmando que as experiências nas quais os trabalhadores têm o controle sobre a produção representam uma “escola maravilhosa de formação de experiência política e administrativa” (GRAMSCI; BORDIGA, 1971 p. 36). Na “escola do trabalho” e, em especial, nas vivências de trabalho associado, as pessoas atribuem sentidos ao vivido ou realizado; assim, de forma mais abrangente, é fundamental que transformem suas vivências pregressas e atuais em experiências propriamente formadoras.

Experiência é uma palavra oriunda do latim *experientia*, do verbo *experiri*, que significa experimentar. O que se vivencia deixa marcas éticas, políticas, culturais e existenciais, além de inúmeros saberes. Coletivamente também se vivenciam modos de ser, produzir e de se reproduzir material, social e culturalmente. Nessas vivências, vão se criando saberes e tradições de um grupo, instituição, povo ou classe social. Marie-Christine Josso (2002) distingue experiência de uma vivência qualquer. Para a autora, a tomada de consciência do sujeito acerca de vivências significativas torna-as experiências propriamente ditas: experiências formadoras. Uma forma de transformação das vivências em experiências acontece através da compreensão do como e do porquê de determinados modos de fazer, pensar ou sentir. Compreendidas e apropriadas pelos podem auxiliar cada trabalhador e cada coletivo de trabalhadores na construção ou modificação de seus projetos de vida ou de formação. Concepção e prática estariam conscientemente articuladas em base sólida para se pensar o passado e o presente e projetar o futuro. Assim, na perspectiva de uma nova cultura do trabalho, os saberes do trabalho associado necessitam ser identificados, reconhecidos e legitimados. Esta busca inscreve-se na luta histórica da classe trabalhadora pelo reconhecimento e (re)apropriação dos saberes do trabalho produzidos ao longo de sua história coletiva e, portanto, na sua afirmação enquanto classe social. (PUIGRÓS; GAGLIANO, 2004; REVISTA EDUCAÇÃO UNISINOS, 2006;).

Na empresa capitalista, as tecnologias de gestão da força de trabalho, de base toyotista, estimulam intencionalmente o trabalhador a reconhecer sua capacidade ativa e criativa na resolução de problemas que emergem no cotidiano de trabalho. Ocorre, dessa forma, a incorporação mais rápida de novas idéias tanto ao processo como ao produto do trabalho, resultando, conseqüentemente, em melhorias dos níveis de competitividade e

produtividade do capital. Isto requer a mobilização intensiva da inteligência e da subjetividade do trabalhador pelo capital. Contraditoriamente, esse contexto cria condições para que o trabalhador possa ampliar a percepção de sua capacidade de trabalho e de criação individual e coletiva, o que pode contribuir para a autovalorização do trabalhador, para a legitimação e validação de seus saberes, não somente nos cursos de formação, mas também em processos de negociação coletiva de trabalho ou mesmo individual. A apropriação pelos trabalhadores dos saberes produzidos em situações de trabalho, assalariado e também associado, aprofunda seu significado histórico e político se articulados criticamente com os fundamentos científico-tecnológicos do processo de trabalho. (SANTOS, 2003)

Nas sociedades de classe, via de regra, os trabalhadores interrompem sua escolarização para poder sobreviver e, assim, deixam de se apropriar do saber formal; no entanto, durante esse percurso, produzem outros saberes, valores e hábitos relacionados ao trabalho e à vida fora da escolar. Esses saberes ficam à espera de crítica e formalização, como um direito a ser conquistado. Para sujeitos comprometidos com iniciativas de trabalho associado, trata-se da identificação, reconhecimento, análise, crítica e legitimação de saberes e experiências produzidos em atividades pregressas de trabalho assalariado (emprego ou subemprego), na relação de continuidade e de ruptura com a experiência e os saberes produzidos no ambiente de trabalho associado. Trata-se, pois, do desenvolvimento da práxis crítica.

O desenvolvimento de uma cultura própria do trabalho associado acontece à medida que se reconhece a cultura do trabalho assalariado, suas possibilidades e seus limites históricos sob a perspectiva da classe trabalhadora. Ao se reconhecerem os processos de continuidade e ruptura, constrói-se *com* e *entre* os trabalhadores a análise das relações históricas entre o “velho” e o “novo” (de modos de produção da existência), em outras palavras, do “novo” que está nascendo no seio do “velho” ou, ainda, das continuidades e descontinuidades históricas. O trabalho associado está sendo instituído no próprio contexto da formação social capitalista e necessita conquistar o seu lugar enquanto uma alternativa para a classe trabalhadora libertar-se das diversas formas de trabalho alienado. Os sujeitos direta ou indiretamente envolvidos em experiências de trabalho associado estão vivendo um processo de disputa por legitimação e validação social desse modo de produção da existência. Tal disputa ocorre também subjetiva, individual e coletivamente entre tais sujeitos. São processos de legitimação e validação de uma nova forma de produzir o trabalho e a vida social e/ou se de manterem apegados ao trabalho assalariado e à cultura capitalista que lhe corresponde.

3. Qual a atualidade da discussão sobre *saberes do trabalho associado*? Com a crise estrutural do emprego e a flexibilização das relações entre capital e trabalho, decorrentes da reestruturação produtiva necessária ao regime de acumulação flexível, proliferam organizações econômicas associativas de trabalhadores/as do campo e da cidade. Para subsistir e/ou contrapor-se à lógica capitalista, desde o final da década de 1980, por meio da ação coletiva e autogestionária, os/as trabalhadores/as expulsos/as do mercado de trabalho assalariado ocupam fábricas fechadas e ativam sua produção e criam associações, cooperativas de produção, consumo e crédito. Em torno de um movimento que, nacional e internacionalmente, ganha a denominação de economia solidária, trabalhadores/as articulam redes de produção e comercialização, complexos cooperativos e cadeias produtivas.

O trabalho associado traz, para os/as trabalhadores/as, o desafio de articular os saberes da experiência anteriormente adquiridos e produzidos em situação de trabalho assalariado e em outras instâncias das relações sociais. Pesquisas indicam que o conhecimento constitui-se como um calcanhar-de-aquiles das organizações econômicas associativas, o que, em grande medida, se deve ao fato de a classe trabalhadora, principalmente nos países periféricos do capitalismo, não ter usufruído o direito à educação básica pública e gratuita (ensino fundamental e médio), prometido pelo Estado do bem-estar social. Também é preciso destacar que, historicamente, como expressão das contradições entre capital e trabalho, à grande maioria da classe trabalhadora foi oferecida uma educação cujo objetivo é ajustá-la às “necessidades do mercado”, ou seja, do capital (FISCHER, 2004).

A educação/formação em economia (popular) solidária contrapõe-se aos projetos educativos do capital, os quais se apresentam nas formas de *educação para a empregabilidade* (para tornar vendável a força de trabalho no mercado), *educação para o empreendedorismo* (para estimular a “gestão do próprio negócio”) e *educação para o (falso)cooperativismo* (para garantir a nova cadeia produtiva requerida pela acumulação flexível). Com perspectivas político-pedagógicas distintas do capital, a *pedagogia da produção associada* apresenta-se como campo teórico-prático que visa ao estudo e à concretização dos processos educativos cujos objetos de ação e pesquisa são a socialização, produção, mobilização e sistematização de saberes voltados ao fortalecimento de atividades econômicas fundadas na autogestão do trabalho e da vida em sociedade, contribuindo para a formação humana omnilateral e emancipação da classe trabalhadora (TIRIBA, 2001 e 2004). Como condição fundamental à produção e efetivação de saberes do e para o trabalho associado, no âmbito da pedagogia da produção associada, está a natureza das mediações

político-pedagógicas construídas entre os sujeitos diretamente envolvidos na realização do trabalho, pesquisadores e assessores.

Entre os fundamentos teórico-metodológicos para o desenvolvimento de pesquisa e formação sobre produção de saberes do trabalho associado, destacam-se as contribuições políticas, éticas e epistemológicas da Educação Popular e da Pesquisa Participante (BRANDÃO; STRECK, 2006). Vinculadas às lutas emancipatórias latino-americanas, têm alimentado processos de sistematização de experiências e, portanto de saberes, de trabalho associado e projeção de estratégias político-pedagógicas no campo da economia solidária. Contribuições da Ergologia, de origem francesa, especialmente o *dispositivo a três pólos* (SCHWARTZ, 2001; SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), têm trazido elementos para se pensar a pesquisa e a formação sobre saberes do trabalho associado que, de certa forma, entram em relação de complementaridade com o patrimônio da Educação Popular e da Pesquisa Participante. Nesse dispositivo, o primeiro pólo refere-se aos saberes acadêmicos. O segundo pólo é o dos saberes da experiência, gerados na atividade de trabalho. O terceiro diz respeito à disposição ética e epistemológica dos sujeitos envolvidos nos outros dois pólos para reconhecer a incompletude do seu conhecimento e, portanto, aprender com o outro; permitindo questionamento mútuo dos conceitos e dos saberes produzidos na atividade de trabalho.

Referências

BRANDÃO, Carlos Rodrigues e STRECK, Danilo. (org) *Pesquisa participante: o saber da partilha*. São Paulo: Idéias e Letras, 2006.

FISCHER, Maria Clara Bueno. Notas sobre saberes da experiência e a constituição de empreendimentos econômico solidários. In: Ciências Sociais UNISINOS, v.40, n.164, jan./jun. 2004, p.139-151.

GRAMSCI, A. *Democracia operária: partidos, sindicatos, conselhos*. Coimbra: Centelha, 1976.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

GRAMSCI, Antonio.y BORDIGA, Amadeu. *Debate sobre los consejos de fábrica*. Barcelona: Anagrama, 1977

JOSSO, M-C. C. *Experiências de vida e formação*. Lisboa: Educa-Formação, 2002.

PUIGGRÓS, A.; GAGLIANO, R. (Dir.). *La fábrica del conocimiento: saberes socialmente productivos en América Latina*. Rosario: Hoosapiens, 2004.

REVISTA EDUCAÇÃO UNISINOS. Edição especial: produção e legitimação de saberes para e no trabalho. São Leopoldo: v.10, n. 2, maio/ago. 2006.

SANTOS, E. H. Processos de produção e legitimação de saberes no trabalho. In: GONÇALVES, L. A. O. (Org.). *Currículo e políticas públicas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 29-39.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Rev. Bras. Educ.* v. 12, n. 34, p. 152-165, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 18 maio 2008.

SCHWARTZ, Y. (Org.). *Le paradigme ergologique ou un métier de philosophe*. Toulouse: Octarès, 2001.

SCHWARTZ, Y. ; DURRIVE, L. (Org.). *Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana*. Niterói, RJ: Editora da UFF, 2007.

TIRIBA, L. Ciência econômica e saber popular. Reivindicar o “popular” na economia e na educação. In: TIRIBA, L.; PICANÇO, I. *Trabalho e educação: arquitetos, abelhas e outros tecelões da economia popular solidária*. Aparecida; SP: Idéias e Livros, 2004.

TIRIBA, Lia. *Economia popular e cultura do trabalho*. Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí:Unijuí, 2001.

Termos correlatos: Associativismo; Autogestão; Cooperativismo; Economia solidária; Economia popular; Empresas recuperadas.